

O país da fartura de alimentos volta ao Mapa Mundial da Fome após oito anos: como reverter o cenário?

O ano de 2022 começou com 33 milhões de brasileiras e brasileiros vivendo sem ter o que comer. São famílias vivendo em situação de insegurança alimentar grave ou moderada, isto é, são privadas do consumo, passando mais de um ou dois dias sem se alimentar ou possuem uma quantidade limitada de alimentos. Outras 59 milhões de pessoas, mesmo tendo o que comer, não têm certeza se em um futuro próximo terão acesso novamente a algum tipo de alimento.

Esses são números do 2º Inquérito de Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, que analisou a escalada da fome no país após dois anos do início da crise sanitária que assolou o mundo. Nesse mesmo ano, 2022, o Brasil também voltou a ocupar uma posição no Mapa Mundial da Fome, documento produzido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (ONU Fao). Dos 166 países analisados, 118 deles entraram para o ranking e nós ocupamos o 94º lugar.

Durante os dois anos de pandemia, a desvalorização do real aliada a alta taxa de desemprego e inflação, intensificadas pela incompetência do então governo federal em administrar o momento, diminuíram drasticamente o poder de compra de grande parte da população do país, levando muitas pessoas a comprarem alimentos mais baratos e com baixo valor nutricional e, em casos de famílias que vivem em insegurança alimentar grave, a procurarem comida em lugares inapropriados.

Para Renata Siviero, ex-presidenta do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais (Consea-MG), a pandemia apenas intensificou um cenário preocupante desde 2016 e lembra, ainda, que o combate à fome passa por uma vontade política. "Voltar a compor o Mapa da Fome tem relação direta com os desmontes de políticas públicas de transferência de renda e de financiamento de recursos para o fortalecimento da Agricultura Familiar, responsável por 70% do alimento que chega à mesa da população", pontua.

Entenda as políticas públicas de combate à fome

No primeiro dia do Governo Bolsonaro, em 1º de janeiro de 2019, o mandatário extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) do país, principal entidade responsável pela retirada do Brasil do Mapa da Fome, ainda em 2014. O órgão contribuía para garantir a segurança alimentar a partir de atividades como o controle de estoques de alimentos, o programa de cisternas, a rotulagem de alimentos, articulação entre campo e cidade para o desenvolvimento da agricultura familiar, dentre outros.

Com a troca de mandato, em janeiro deste ano, o presidente Lula retomou o Consea, que também existe nas esferas estaduais, porém, aqui em Minas Gerais, a participação e o fortalecimento da instituição está sendo desafiador. Segundo Renata, alguns dos fatores que dificultam a atuação do conselho a nível estadual são a escassez de recursos humanos e financeiros, a perda de uma equipe multidisciplinar e a falta de uma equipe técnica no legislativo que articule e execute as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Quando se pensa em combate à fome, um projeto pioneiro a ser destacado é o Fome Zero, implantado em 2003, no primeiro Governo Lula, com o objetivo de eliminar a subnutrição no Brasil. Nele, a população era atendida por meio de várias políticas públicas, como o Bolsa Família, o Programa Restaurantes Populares (PRP), que ainda hoje oferece almoços e jantares a preços simbólicos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dentre outros.

Estes dois últimos, o Pnae e o Pronaf, juntos, fazem a diferença no dia a dia de estudantes e produtores de todo país. Isso porque, muitas vezes, as alunas e alunos de famílias que vivem em condições de vulnerabilidade social não têm uma alimentação completa e balanceada em casa. Desta forma, passa a ser essencial para a alimentação dessas pessoas, a comida oferecida pelas instituições, oriunda da terra de produtoras e produtores locais que se sustentam por meio da agricultura familiar.

Essa política de incentivo às agricultoras e agricultores locais, como afirma Renata, além de prover para a comunidade escolar uma alimentação rica em nutrientes e sem a quantidade de agrotóxicos presente em alimentos vindos de produções de larga escala, assegura a renda mensal das famílias que plantam. “A agricultura local é um pilar que garante a segurança alimentar da população, uma vez que são os produtores locais que colocam a comida no prato das famílias brasileiras.”

Reforma Agrária para garantir o acesso universal aos alimentos

Universalidade, Continuidade, Equidade e Respeito aos hábitos alimentares e Sustentabilidade. Esses são os cinco princípios que asseguram uma alimentação equilibrada, segundo a Lei 11.346/2006, que traz a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Mas quando se fala em sustentabilidade e acesso universal aos alimentos, o Brasil, um dos maiores exportadores de soja e carne bovina do mundo, ainda lida com um alto número de cidadãos e cidadãs que não têm o que comer diariamente.

Mas como é possível que um país que produz milhões de toneladas de soja anualmente, possua 33 milhões de pessoas, entre crianças e idosas, passando fome? No cerne do problema estão os latifúndios, ou seja, grandes porções de terra concentradas nas mãos de poucos, situação que tem origem histórica ligada ao início da ocupação portuguesa em nosso território, ainda no Século 16. E esses grandes latifúndios, combinados com a monocultura para exportação, geram enormes impactos socioambientais.

Uma distribuição mais justa das terras em áreas rurais seria um enorme passo para o combate à fome e à desnutrição. Neste sentido, a luta pela Reforma Agrária é essencial para garantir que os hectares ap-

tos para o plantio não sejam explorados apenas por uma elite composta por famílias abastadas e cuja renda se mantém, muitas vezes, em cima da exploração das terras e da mão de obra.

“A Reforma Agrária pode acabar com o latifúndio e possibilitar que pequenos agricultores tenham onde plantar comida saudável. A agricultura familiar, diferente do agronegócio, que visa apenas os lucros, respeita o meio ambiente, a cultura local e os sistemas alimentares. Desta forma, sim, é possível garantir a soberania alimentar”, indica Renata, que há anos milita nesta pauta. Um grande aliado nessa luta são iniciativas como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Hostilizado durante décadas pela grande mídia - controlada pela elite, que os pintava como “invasores”, o MST tem ganhado reconhecimento nos últimos anos ao aproximar dos meios urbanos as questões e lutas do povo do campo e mostrar a fartura de alimentos que o Brasil tem e que pode sim ser repassado à população. Na pandemia, por exemplo, famílias do coletivo se uniram e, juntas, doaram sete mil toneladas de alimentos, dez mil cestas básicas e mais de dois milhões de marmitas solidárias à população brasileira.

“O MST faz esta denúncia, ao provar que é possível produzir comida de verdade respeitando o meio ambiente, pautando o direito de todas e todos a poder ter comida de qualidade e em quantidade suficiente para sua sobrevivência”, avalia Renata. Portanto, a ideia de que em nosso país, há diversidade e abundância alimentícia e de que toda essa riqueza pode ser distribuída de forma justa e sustentável para a população, é uma realidade cada vez mais próxima de se concretizar.

Seja parte da mudança!

Fortaleça as iniciativas relacionadas a esses temas. Siga, nas redes sociais:

[Movimento Sem Terra](#)

[Armazém do Campo BH: Agricultura familiar do campo para o mundo](#)

[Joio Sem Trigo - Jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder.](#)